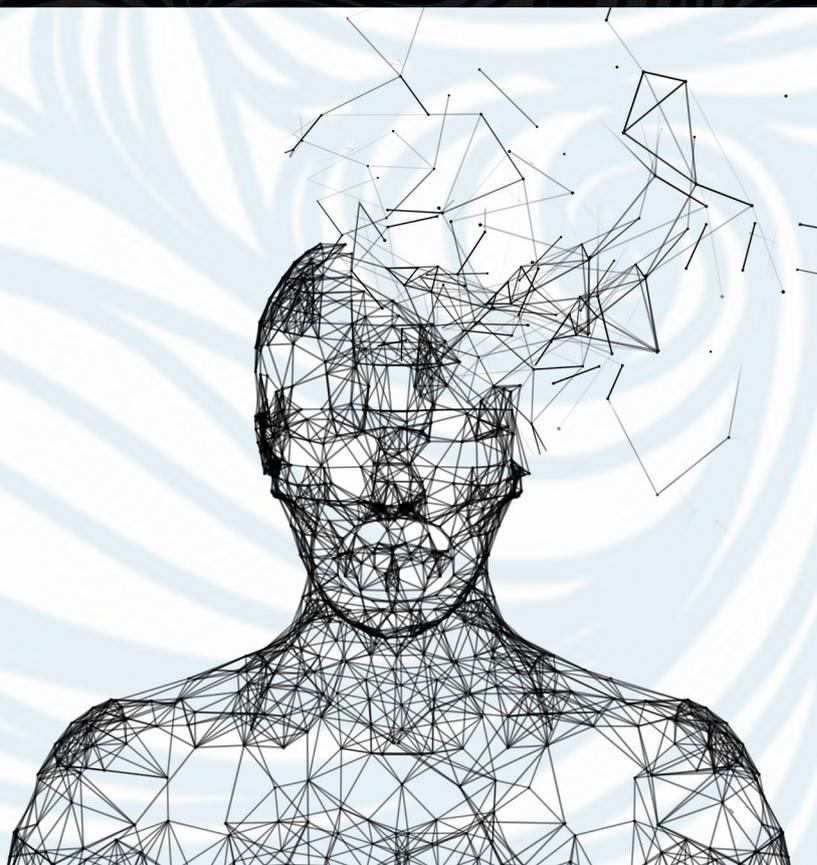


**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

**Filosofia
Política,
Educação,
Direito e
Sociedade**

Atena
Editora
Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade [recurso eletrônico] /
Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta
Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação,
Direito e Sociedade; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-094-0

DOI 10.22533/at.ed.940190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ideia do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade deriva, a princípio, de reconhecer nos direitos humanos, a partir da dignidade da pessoa humana, como afirma Hinkelammert (2014), condição insubstituível para que a sociedade seja vivível e, também, por compreender os saberes como essenciais para uma formação humana capaz de entender, questionar, desvelar e tentar mudar a realidade de injustiças que vivemos.

A EDH tornou-se experiência concreta inicial no Brasil nas décadas de 70 e 80 como instrumento utilizado, a princípio, pela Comissão de Justiça e Paz (CJP) e os movimentos sociais, contra a lógica arbitrária de violação aos direitos humanos vivenciados durante a ditadura militar (1964-1985). Neste período, como indica Genevois (2007), era cogente a implementação de um projeto de formação e vivência dos direitos humanos que pudesse construir consciência e mobilizar a luta em defesa desses direitos acachapados pela ação do militarismo que se implantou no poder. O que motivou o movimento de elaboração da EDH em âmbito popular foi a necessidade de construir junto às vítimas conhecimento sobre os direitos humanos e a maneira de reivindicá-los. Esse livro foi operacionalizado por meio de artigos e seus autores que procuram dar ênfase naqueles que não tinham voz: [...] os pobres, os presos, os excluídos, humilhados e discriminados em geral.

Contudo, a preocupação em torno de constituir uma educação voltada para os Direitos Humanos, considerando a importância do processo educacional na promoção da dignidade humana e garantia dos direitos humanos, tornou-se um movimento de proporções internacionais quando em 1993, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), foi lançada a Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos (1995-2004). Em seguida, no ano de 2005, com vista à necessidade de manter um marco mundial para a EDH posteriormente à Década, foi proclamado pela ONU o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH), o qual apresenta contribuições e orientações para a construção de programas educacionais nacionais que fossem baseados no respeito aos direitos humanos, sendo ele ratificado pelo Estado brasileiro. Inserido nesse movimento de desenvolvimento da EDH, o Estado brasileiro organizou a Política Nacional de EDH, criando em 2003 o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), responsável por elaborar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), concluído em 2006. O PNEDH juntamente com as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (2012) são atualmente os principais documentos que inserem e organizam a EDH nos sistemas educacionais brasileiros. O PNEDH apresenta linhas gerais de ação em cinco eixos de atuação: (1) educação básica; (2) educação superior; (3) educação não-formal; (4) educação dos profissionais do sistema de justiça e segurança e (5) educação e mídia.

Diante desse contexto a ONU consolidou um conceito de EDH a qual espera

que seja parâmetro de conceito nos países membro: A educação em direitos humanos pode ser definida como um conjunto de atividades de educação, de capacitação e de propagação de informação, orientadas para criar uma cultura universal de direitos humanos. Uma educação integral em direitos humanos não somente proporciona conhecimentos sobre os direitos humanos e os mecanismos para protegê-los, mas que, além disso, transmite as competências necessárias para promover, defender e aplicar os direitos humanos na vida cotidiana. A educação em direitos humanos promove as atitudes e o comportamento necessários para que os direitos humanos de todos os membros da sociedade sejam respeitados. (ONU, 2012, p.3).

Neste sentido, a formação de uma cultura de direitos humanos apresenta-se como o principal objetivo da EDH e está bem identificada na produção teórica nacional. Benevides (2000, p. 1) indica a EDH como formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, promovido através da vivência dos valores [...] da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz e que deve impactar o educando para a apreensão de valores, sob os aspectos racionais e emocionais, devendo transformar-se em prática na vida das pessoas.

A EDH se apresentaria como um importante dispositivo que, por meio da educação escolar, seria capaz de fomentar uma cultura de respeito aos direitos humanos efetivos para a vida humana. Além de que, a educação está duplamente inserida na envergadura dos direitos necessários à pessoa humana, ou seja, a educação é uma categoria de direito humano fundamental para o desenvolvimento da vida e, ao mesmo tempo, pode permitir a realização de outros direitos sociais, políticos e civis na sociedade, portanto, pode ser entendida como eixo articulador dos direitos humanos, caminhando numa relação dialética ao longo de ambas as construções. Para Estêvão (2006, p. 91) [...] a educação constitui-se como um dos lugares naturais de aplicação, consolidação e expansão dos direitos humanos. Ela é uma arena de direitos e com direitos, cuja negação é notadamente perigosa para o princípio democrático da igualdade civil e política.

Portanto, os direitos humanos poderiam ser considerados o meio e o fim nos quais a EDH está engajada. Não obstante o plano normativo que orienta a política educacional sobre a EDH no Brasil esteja considerado com várias iniciativas que pretendem efetivar-se na educação básica, ou seja, de construir uma cultura de respeito aos direitos humanos, a realidade social está marcada por inúmeras violações dos direitos humanos essenciais para a vida. Mas, essa afirmação provoca questionar o que seriam os direitos humanos?

Fundamentado na formulação elaborada pela ONU é possível entender os direitos humanos conforme sua natureza, categorias e objetivos. Nestes termos os direitos humanos são aqueles inerentes a todos os seres humanos, independente de raça, nacionalidade, religião ou qualquer outra condição, incluindo o direito à vida, liberdade, trabalho, educação e muitos outros, os quais devem ser promovidos e garantidos contra ações que interferem na efetivação da dignidade humana (ONU,

1948). A produção teórica sobre o tema, sobretudo a literatura jurídica, segue esta mesma linha de formulação sobre os direitos humanos. Comparato (2013, p. 71) elabora o discurso em torno da definição dos direitos humanos ressaltando que se trata de algo [...] inerente à própria condição humana, sem ligação com particularidades determinadas de indivíduos ou grupos, e segue problematizando como reconhecer a [...] vigência efetiva desses direitos no meio social. Portanto, seriam os direitos que visariam garantir a vida e a dignidade humana de todas as pessoas, e devem ser protegidos e exigíveis pela lei. Trata-se de direito de estar vivo e ter condições de viver, de alimentar-se, de ter onde morar, de trabalhar e receber justamente pelo trabalho, de ter educação, saúde, de poder votar e ser votado, de escolher sua religião, entre outros que estão descritos na DUDH e, reiterados no Estado Brasileiro por meio da Constituição Federal (CF-88). Entretanto, analisando na perspectiva dialética, essa compreensão torna-se discrepante ao confrontá-la com a realidade marcada cotidianamente por violações aos direitos humanos que geram exclusões. Ora, se os direitos humanos se apresentam como instrumento para garantir a vida humana, se inclusive são salvaguardados por um sistema normativo de proteção internacional e nacional, por que ainda há tantas violações a esses direitos? Todas as pessoas são realmente titulares desses direitos?

Um autor que permite identificar com maior rigorismo estes conflitos é Hinkelammert, que a partir de uma abordagem histórico dialética, argumenta que diante de tanta violação seria necessário conhecer e problematizar as bases dos direitos humanos na sociedade para compreender quais seriam as reais causas de violação, o que permitiria um enfrentamento mais efetivo. Com base na compreensão teórica de Hinkelammert (2014), que insiste na historicidade dos conflitos sociais sob os quais se constituem as concepções de mundo, neste caso, no contexto da nova fase da exploração capitalista, pode-se supor que as mudanças da estratégia de dominação, sob a globalização neoliberal, modificam profundamente a compreensão dos direitos humanos, sem negá-los. Reivindicam-se direitos humanos, sob as regras do mercado.

A organização econômica teria, segundo esse autor, a capacidade de influenciar e de modificar as concepções e modo de compreender esses direitos, impactando na política e na normatização (HINKELAMMERT, 2014). A relação de mútua influência entre as condições da realidade econômica e as formas de pensar permite compreender melhor a dinâmica de elaboração dos fundamentos dos direitos humanos e da educação em direitos humanos em diversas possibilidades. Entre estas, explicita a disputa das classes e grupos sociais na configuração da EDH, na ação por vezes de colaboração, por vezes de conflito entre movimentos sociais e dos gestores públicos que elaboram as normativas. Outra dinâmica é a tensão da contradição entre a importância do debate público para a elaboração da lei por um lado e, por outro, o importante papel que a norma desempenha na elaboração dos fundamentos teóricos.

Ainda, essa relação consentiria perceber que, paradoxalmente, quanto mais se avança institucionalmente na normatização da EDH, o avanço da ideologia neoliberal

e da estratégia da globalização promoveria um deslocamento no modo pelo qual a sociedade compreende os direitos humanos e isso poderia impactar substancialmente a forma de construção normativa e, conseqüentemente a atuação na EDH. Por isso, seria necessário, conforme propõe Hinkelammert (2014) pensar as bases que fundamentam as concepções de direitos humanos, tendo como horizonte de reflexão a visão constituída após os marcos econômicos da modernidade, em especial, nas implicações da ideologia neoliberal.

Problematizar a EDH, a partir dos direitos humanos que a fundamentam, permitiria compreender se há diferentes formas de concebê-la. Portanto parece imprescindível aprofundar, de forma crítica, a discussão sobre as concepções de direitos humanos.

Para refletir sobre a efetividade dos direitos humanos parecem ser importantes os questionamentos e a problematização decorrentes das formulações emancipatórias e da realidade concreta. Percebê-los através das lutas travadas evita que a análise se limite à perspectiva idealista, como se a mera normatização e retórica, fossem suficientes para a garantia da dignidade humana. Hinkelammert (2014) sugere que a problematização dos direitos humanos ocorra a partir de sua base na sociedade, pois, ir mais além nos permitiria perceber como os direitos humanos, tal como estão atualmente presentes na normativa internacional e nacional, tiveram seu sentido teórico e ideológico modificado. Essas mudanças permitiriam que os direitos humanos fossem concebidos, sobretudo em sintonia com a interpretação dada pelo mercado. Em decorrência disso as violações e suas alternativas de superação parecem estar banalizadas, constrói-se um conceito de direitos humanos aceitando que muitos seres humanos estejam às margens da sua titularidade. Partimos da concepção de que os direitos humanos são aqueles direitos que o sujeito corporal e necessitado possui para a realização da vida humana (HINKELAMMERT, 2002). Contudo, a abstração e a aplicação desses direitos muitas vezes são instrumentos para a violação do próprio sujeito. Essa possibilidade de inversão é analisada por Hinkelammert (2002) como sendo a inversão do sentido dos direitos humanos teorizada por John Locke no século XVII, como mecanismo legitimador das práticas econômicas inglesas pautadas na escravidão africana e exploração de terras indígenas na América. Ao inverter o sentido dos direitos humanos, Locke transformou a vítima em culpado. Atualmente, a lógica da inversão dos direitos humanos e o esvaziamento do sentido dos direitos humanos (HINKELAMMERT, 2016) decorrem da estratégia de globalização capitalista, marcada pela supremacia das instituições de mercado sobre a vida das pessoas, onde os direitos das instituições mercantis impõem-se sobre os direitos essenciais à vida do ser humano.

Os artigos que compõe esta coletânea evidencia que os principais autores que têm se dedicado à discussão da FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade EDH com as abordagens adotadas não incorporam a crítica, minimamente, em sintonia com as categorias apresentadas por Hinkelammert (2002, 2010, 2014, 2016).

Nessa perspectiva, o presente livro objetiva investigar **DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, das autoras de Evanir dos Santos e Renata Souza de Lima, no artigo busca elucidar a importância da Educação em Direitos Humanos na perspectiva da educação infantil. O interesse pela temática surgiu após a participação no projeto de extensão O ECA Itinerante no ambiente Escolar: Uma introdução formativa para crianças e adolescentes em Direitos Humanos Fundamentais, que esteve em vigor durante os anos de 2016 e 2017. No artigo, **A SEXUALIDADE E SUAS ARTICULAÇÕES NO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM, A PARTIR DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS**, os autores, Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro, buscaram análise por meio de documentação, dos conteúdos aplicados em cursos a distância com momentos presenciais, de formação de professores na área da sexualidade, verificando como estes foram elaborados e implementados.

DIREITOS DOS ANIMAIS: A INTERVENÇÃO DO HOMEM das autoras Isadora Ramos Klein e Tailan Borges, procura entender o processo ao longo da história da criação das leis de defesa aos animais e de como eram e são tratados até os dias de hoje pelo homem. Passando por pensamentos de diferentes filósofos, teremos uma análise mais clara e ampla da evolução de tal processo. No artigo **DIREITO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA OS JOVENS COM FULCRO NO ESTATUTO DA JUVENTUDE** os autores Yossonale Viana Alves e Márcio Adriano de Azevedo, investigam sobre o Estatuto da Juventude é um dos dispositivos legais do Brasil que regula a educação básica, descrevendo que essa é obrigatória e deve ser oferecida gratuitamente a todos os jovens, inclusive para aqueles que não tiveram acesso à educação, na idade adequada, conforme ditames da Constituição Federal de 1988 e da Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996. Desse modo, objetiva-se analisar o Estatuto da Juventude como instrumento jurídico regulamentador das garantias de direitos constitucionais aos jovens, de forma articulada com os indicadores educacionais oficiais, que analisam a inserção ou não desses sujeitos nos processos educativos de formação profissional, o autor procura-se analisar o **DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO LIMITAÇÃO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO**, esquecimento como limitação à liberdade de expressão em face do direito de intimidade do respeito permitiu-nos investigar sobre a dignidade da pessoa humana tutelada pelos princípios constitucionais. A vida privada da pessoa, sua privacidade e intimidade são asseguradas pela Carta Magna. No artigo **FORMAÇÃO HUMANA E AFETIVIDADE: ELEMENTOS CRUCIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, as autoras Daniela Fernandes Rodrigues e Farbênia Kátia Santos de Moura abordam que vivenciamos um período permeado por discursos e reflexões no cenário educacional que trazem para o cerne da discussão a formação docente, investigar a prática pedagógica com ênfase na Formação Humana e Afetividade das professoras. No artigo **FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS DA INCLUSÃO**, das autoras Cândida Ivi Marcovich de Araújo, Carla Cristie de França e Denise Fetter Mold, o artigo tem como proposta possibilitar

a reflexão e contribuir com a formação continuada docente no ensino regular, no que se refere à inclusão escolar. A pesquisa teve como intuito, evidenciar a importância da formação continuada, bem como dos Serviços de Apoio no cotidiano docente escolar inclusivo.

FORMAÇÃO CONTINUADA A PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA FONOAUDIOLOGIA, da autora Ana Claudia Tenor O objetivo deste Estudo foi Identificar a Demanda Fonoaudiológica das Escolas De Educação Infantil.

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A PRÁTICA NA CRECHE: QUE ESPAÇO SUAS ESPECIFICIDADES TÊM NOS CURSOS DE PEDAGOGIA? de autoria de Juliana Lima da Silva, apresenta parte do que foi desenvolvido em sua pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com o objetivo de compreender como acontece a formação inicial para professores do curso presencial de Pedagogia da UFJF no que se refere aos saberes/fazer para atuar com a faixa etária de 0 a 3 anos. De que modo esta formação contribui para a prática de futuros professores que atuarão nas creches? No artigo a

FORMAÇÃO PARA DOCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A DISCIPLINA “METODOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL” DO CURSO CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, das autores Patrícia Larisse Alves de Sousa e Anderson Ibsen Lopes de Souza, o objetivo deste estudo foi relatar a experiência docente na disciplina “Metodologias aplicadas à educação ambiental” do curso *Convivência com o semiárido*, abordando as práticas pedagógicas adotadas, a transversalidade, os projetos interdisciplinares e a potencialidade dessa experiência para a atividade curricular docente. No artigo

GLOBALIZAÇÃO: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO COMO DETERMINANTE PARA OS HÁBITOS DE VIDA DE ESCOLARES, dos autores Márcio Barreto da Silva, Ludmila Bernardo de oliveira, Valéria Kamilla Gurgel Jales, Francisco Ferreira da Silva, que busca discutir sobre o processo de urbanização como fator condicionante a saúde e/ou hábitos de vida de escolares. Revisão bibliográfica a partir de bibliotecas virtuais. No artigo

HISTÓRIA ORAL: CONSTRUINDO CONHECIMENTOS E (RE)VENDO O MUNDO ATRAVÉS DE REMINISCÊNCIAS, dos autores Simone Ribeiro, Dileno Dustan Lucas de Souza, Darieli Daltrozo Ilha, Neste artigo os autores buscam trazer reflexões produzidas pelo grupo de pesquisa ECUS- Educação, Culturas e Sustentabilidade/UFJF no contexto de implementação de projetos de pesquisa e extensão e , ao longo do texto, abordamos aspectos históricos, teórico-metodológicos e procedimentos práticos no uso da metodologia da História Oral. No artigo

IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO NA GESTÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO A DISTÂNCIA SOB A ÓTICA DOS TUTORES DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NA UF, os autores QUIRINO, R da. Heveline Ribeiro, CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo CORREA e Denise Maria Moreira Chagas, procuram identificar os Fatores Críticos de Sucesso (FCS) da gestão da aprendizagem no ensino à distância na visão dos tutores da Universidade Federal do Ceará Virtual do curso de Administração. No artigo

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA MULHER NO JORNAL PERNAMBUCANO

ESPELHO DAS BRASILEIRAS (1831), as autoras Mônica Vasconcelos e Marcília Rosa Periotto, buscam identificar as contribuições para a constituição e elevação da figura feminina no contexto de desenvolvimento social e material do Brasil na segunda metade do século XIX. No artigo **INFLUÊNCIA DAS CONCEPÇÕES DOCENTES NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS COM TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA**, os autores Fabio Caires de Oliveira e Maurivan Barros Pereira Buscam identificar relações entre as concepções de ensino, aprendizagem e tecnologias digitais (TD), presente nas propostas de pesquisa encaminhadas ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM) da Universidade Estadual de Mato Grosso-UNEMAT e suas possíveis influências e implicações para a prática docente. No artigo **INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA E A PEDAGOGIA HISTORICO CRITICA: UM DESAFIO E MUITAS POSSIBILIDADES**, as autoras LIMA, Erika Aparecida de Paula Silva e PINHEIRO, Bárbara Carine Soares, analisa o diálogo entre a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e a prática dos docentes de Ciências do IFBA. Foi levantado o material bibliográfico desde o Liceu de Artes e Ofícios em 1872 até o atual Instituto Federal da Bahia, que nasceu com a perspectiva de mudança do perfil da Educação Profissional da Rede Federal com a Lei nº 11.892/08. No artigo **INTENCIONALIDADE DO CURRÍCULO ANTIRRACISTA EM CONTEXTOS HISTÓRICOS DE MULHERES NEGRAS**, as autoras Agatha Leticia Eugênio da Luz e Ana D’Arc Martins Azevedo

Buscam evidenciar o currículo na perspectiva antirracista em que contextualiza historicamente sobre mulheres negras, que contribuíram/contribuem com a militância e emancipação da identidade negra, viabilizando um conhecimento de histórias negadas, silenciadas e excluídas do contexto educacional, mas que repercute cotidianamente na sociedade brasileira, em forma de racismo, sexismo e discriminação. No artigo **LEITURAS CONTEMPORÂNEAS DE ROUSSEAU: CONSTANT, VAUGHAN, TALMON OU BERLIN: DE QUE LADO ESTARÁ O VERDADEIRO PENSAMENTO DO GENEBRINO?** O autor Arlei de Espíndola, procura analisar o livro *o contrato social*, publicado por Rousseau em Paris em abril de 1762, ressalta que o trabalho que lhe notabiliza no campo do pensamento político, imprime uma forma abstrata, metafísica, que o filósofo põe-se a enfrentar o problema da relação entre liberdade e autoridade, essa uma questão bastante espinhosa que suscita polêmicas e controvérsias fazendo às vezes perder-se a orientação verdadeira de seu pensamento. No artigo **O “RETRATO” DA REALIDADE DE JOVENS ENCARCERADOS: O QUE REVELAM OS DADOS**, as autoras, Riane Conceição Ferreira Freitas, Gilmar Pereira da Silva, Crisolita Gonçalves dos Santos Costa, Ana Maria Raiol da Costa, objetivam analisar os que os índices oficiais refletem sobre questão da escolarização e profissionalização de jovens que cumprem Medidas Socieducativas (MSE), conforme determinação do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, (Lei nº 12.594/2012), como meio de reorientar o indivíduo submetido a ela, de modo a oportunizar a reparação dos danos e

promoção de processos formativos-educacionais ao jovem que infligiu a lei. No artigo **O BRINCAR NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A LIBERDADE DE CRIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**, a autora Suzy Kamylla de Oliveira Menezes tem o intuito de analisar a relação do brincar com o desenvolvimento da criança na educação infantil. O estudo é baseado na teoria de Winnicott e resulta de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Dessa forma, essa análise enfatiza a necessidade de um ambiente que proporcione condições suficientes para que a criança se aproprie do brincar como expressão de um viver criativo, que traz como possibilidade a construção da própria subjetividade e a experiência de um desenvolvimento saudável. No artigo **O CONCEITO DE PRÁXIS EM ARISTÓTELES E MARX**: um estudo sobre a importância de aliar teoria e prática na formação dos trabalhadores da educação, da autora Andréia Carolina Severo Lima. Este artigo visa apresentar uma proposição teórica acerca da *práxis* como elemento vital na formação dos/as pedagogos/as que serão aqui chamados de trabalhadores da educação com ênfase na relação indissociável entre teoria e prática postulada pelo filósofo alemão Karl Marx. No artigo **O CRAS COMO ESPAÇO PÚBLICO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA**, os autores Tayná Ceccon Martins, Rafael Bianchi Silva Buscam com este trabalho compreender a participação popular na democracia é entender o percurso histórico dessa forma de governo e como a liberdade e a ação política se relacionam no espaço público. No artigo **O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA LINGÜÍSTICA SOB O HORIZONTE ARTICULATÓRIO DA INTERDISCIPLINARIDADE**, os autores Ieda Márcia Donati Linck, Leandro Renner de Moura, Fernanda Falconi Bastolla, o trabalho busca analisar o desenvolvimento da produção textual numa perspectiva interdisciplinar tendo como pano de fundo a proposta pedagógica do Proenem-Unicruz. Este programa institucional e social oferece a Cruz Alta – RS e região oportunidade de preparação de estudos para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) sob um horizonte articulatório, onde Redação, Língua Portuguesa e Literatura passam a fazer parte de uma mesma unidade originária, a unidade da linguagem. No artigo **O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA, ATRAVÉS DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL** da autora Luana Camila Gomes dos Santos o trabalho busca conscientizar os pais de que sua participação na educação dos filhos principalmente na educação infantil é de suma importância para o bom desenvolvimento e aprendizagem. No artigo **O ENSINO DE QUÍMICA NO 9º ANO DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA SOB A ÓTICA DISCENTE**, o autor Amílcar Célio França Pessoa, busca investigar o ensino de Química no 9º ano de Escolas Municipais de João Pessoa e suas implicações na aprendizagem sob a ótica discente. No artigo **O ENSINO EM MATO GROSSO SEGUNDO O OLHAR DO PRESIDENTE DE ESTADO DOM AQUINO CORREA**, as autoras Emilene Fontes de Oliveira e Thalita Pavani Vargas de Castro, objetivo é mostrar as representações acerca do ensino em Mato Grosso e analisar o discurso de Estado referente às normas estabelecidas na Regulamentação da Instrução Pública de 1910 que previa inovação no que diz respeito

à expansão e ao método. No trabalho **O ESPAÇO RESERVADO AO LÚDICO NA ROTINA DE TRABALHOS EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, a autora Fabiana Aparecida Gomes apresenta uma investigação das dinâmicas em uma sala de aula de uma turma que atende crianças de três a quatro anos de idade em um CMEI-Centro Municipal de Educação Infantil na cidade de Palmas/TO a fim de perceber se o conceito espaço como recurso pedagógico está presente no cotidiano da prática educativa. No artigo **O ESTUDO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SENTIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE JÖRN RÜSEN**, os autores Patricia Paes Leme, e Diogo da Silva Roiz objetiva, a partir da análise das mudanças propostas no currículo resultante da aprovação da Lei nº 10.639/03, refletir sobre as possibilidades de transformações políticas e pedagógicas daí decorrentes. Para tanto nos ancoraremos na tipologia da consciência histórica criada pelo historiador e filósofo alemão, Jörn Rüsen e em seus conceitos de formação de sentido e de aprendizado histórico.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL | |
| Evanir dos Santos | |
| Renata Souza de Lima | |
| DOI 10.22533/at.ed.9401904021 | |
| CAPÍTULO 2 | 9 |
| SEXUALIDADE E SUAS ARTICULAÇÕES NO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM, A PARTIR DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS | |
| Solange Aparecida de Souza Monteiro | |
| Gabriella Rossetti Ferreira | |
| Paulo Rennes de Marçal Ribeiro | |
| DOI 10.22533/at.ed.9401904022 | |
| CAPÍTULO 3 | 22 |
| DIREITOS DOS ANIMAIS: A INTERVENÇÃO DO HOMEM | |
| Isadora Ramos Klein | |
| Tailan Borges | |
| DOI 10.22533/at.ed.9401904023 | |
| CAPÍTULO 4 | 26 |
| O DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA OS JOVENS COM FULCRO NO ESTATUTO DA JUVENTUDE | |
| Yossonale Viana Alves | |
| Márcio Adriano de Azevedo | |
| DOI 10.22533/at.ed.9401904024 | |
| CAPÍTULO 5 | 41 |
| O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO LIMITAÇÃO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO | |
| Aleff Schmid Da Luz | |
| DOI 10.22533/at.ed.9401904025 | |
| CAPÍTULO 6 | 56 |
| FORMAÇÃO HUMANA E AFETIVIDADE: ELEMENTOS CRUCIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA | |
| Farbênia Kátia Santos de Moura | |
| Daniela Fernandes Rodrigues | |
| DOI 10.22533/at.ed.9401904026 | |
| CAPÍTULO 7 | 67 |
| FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS DA INCLUSÃO | |
| Cândida Ivi Marcovich de Araújo | |
| Carla Cristie de França | |
| Denise Fetter Mold | |
| DOI 10.22533/at.ed.9401904027 | |

CAPÍTULO 8 72

FORMAÇÃO CONTINUADA A PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA FONOAUDIOLOGIA

Ana Claudia Tenor

DOI 10.22533/at.ed.9401904028

CAPÍTULO 9 80

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A PRÁTICA NA CRECHE: QUE ESPAÇO SUAS ESPECIFICAÇÕES TÊM NOS CURSOS DE PEDAGOGIA?

Juliana Lima da Silva

DOI 10.22533/at.ed.9401904029

CAPÍTULO 10 87

FORMAÇÃO PARA DOCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A DISCIPLINA “METODOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL” DO CURSO *CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO*

Patrícia Larisse Alves de Sousa

Anderson Ibsen Lopes de Souza

DOI 10.22533/at.ed.94019040210

CAPÍTULO 11 98

GLOBALIZAÇÃO: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO COMO DETERMINANTE PARA OS HÁBITOS DE VIDA DE ESCOLARES

Márcio Barreto da Silva

Ludmila Bernardo de Oliveira

Valéria Kamilla Gurgel Jales

Francisco Ferreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.94019040211

CAPÍTULO 12 109

HISTÓRIA ORAL: CONSTRUINDO CONHECIMENTOS E (RE)VENDO O MUNDO ATRAVÉS DE REMINISCÊNCIAS

Simone Ribeiro

Dileno Dustan Lucas de Souza

Darieli Daltrozo Ilha

DOI 10.22533/at.ed.94019040212

CAPÍTULO 13 117

IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO NA GESTÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO A DISTÂNCIA SOB A ÓTICA DOS TUTORES DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NA UFC

Raimunda Heveline Ribeiro Quirino

Sueli Maria de Araújo Cavalcante

Denise Maria Moreira Chagas Correa

DOI 10.22533/at.ed.94019040213

CAPÍTULO 14 127

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA MULHER NO JORNAL PERNAMBUCANO *ESPELHO DAS BRASILEIRAS* (1831)

Mônica Vasconcelo

Marcília Rosa Periotto

DOI 10.22533/at.ed.94019040214

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 15 | 138 |
| INFLUÊNCIA DAS CONCEPÇÕES DOCENTES NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS COM TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA | |
| Fabio Caires de Oliveira Maurivan Barros Pereira | |
| DOI 10.22533/at.ed.94019040215 | |
| CAPÍTULO 16 | 144 |
| INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA E A PEDAGOGIA HISTORICO CRITICA: UM DESAFIO E MUITAS POSSIBILIDADES | |
| Erika Aparecida de Paula Silva Lima Bárbara Carine Soares Pinheiro | |
| DOI 10.22533/at.ed.9401904026 | |
| CAPÍTULO 17 | 155 |
| INTENCIONALIDADE DO CURRÍCULO ANTIRRACISTA EM CONTEXTOS HISTÓRICOS DE MULHERES NEGRAS | |
| Agatha Leticia Eugênio da Luz Ana D’Arc Martins Azevedo | |
| DOI 10.22533/at.ed.94019040217 | |
| CAPÍTULO 18 | 170 |
| LEITURAS CONTEMPORÂNEAS DE ROUSSEAU: CONSTANT, VAUGHAN, TALMON OU BERLIN: DE QUE LADO ESTARÁ O VERDADEIRO PENSAMENTO DO GENEBRINO? | |
| Arlei de Espíndola | |
| DOI 10.22533/at.ed.94019040218 | |
| CAPÍTULO 19 | 187 |
| O “RETRATO” DA REALIDADE DE JOVENS ENCARCERADOS: O QUE REVELAM OS DADOS | |
| Riane Conceição Ferreira Freitas Gilmar Pereira da Silva Crisolita Gonçalves dos Santos Costa Ana Maria Raiol da Costa | |
| DOI 10.22533/at.ed.94019040219 | |
| CAPÍTULO 20 | 199 |
| O BRINCAR NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A LIBERDADE DE CRIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL | |
| Suzy Kamylla de Oliveira Menezes | |
| DOI 10.22533/at.ed.94019040220 | |
| CAPÍTULO 21 | 206 |
| O CONCEITO DE <i>PRÁXIS</i> EM ARISTÓTELES E MARX: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE ALIAR TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO | |
| Andréia Carolina Severo Lima | |
| DOI 10.22533/at.ed.94019040221 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 22 | 217 |
| O CRAS COMO ESPAÇO PÚBLICO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA | |
| Tayná Ceccon Martins Rafael Bianchi Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.94019040222 | |
| CAPÍTULO 23 | 228 |
| DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA SOB O HORIZONTE ARTICULATÓRIO DA INTERDISCIPLINARIDADE | |
| Ieda Márcia Donati Linck Leandro Renner de Moura Fernanda Falconi Bastolla | |
| DOI 10.22533/at.ed.94019040223 | |
| CAPÍTULO 24 | 241 |
| O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA, ATRAVÉS DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. | |
| Luana Camila Gomes dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.94019040224 | |
| CAPÍTULO 25 | 252 |
| O ESTUDO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SENTIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE JÖRN RÜSEN¹ | |
| Patricia Paes Leme Diogo da Silva Roiz | |
| DOI 10.22533/at.ed.94019040225 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 263 |

O BRINCAR NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A LIBERDADE DE CRIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Suzy Kamylla de Oliveira Menezes

Universidade Federal de Alagoas

Maceió - Alagoas

RESUMO: O brincar possibilita que a criança desenvolva suas potencialidades e criatividade, enquanto ser que cria o seu próprio mundo através dessa atividade. Através do brincar a criança pode experimentar a liberdade de criação e usufruir de um viver criativo. Proporcionar espaços para o viver criativo está diretamente interligado com a capacidade do indivíduo de estabelecer sua capacidade de viver as experiências da realidade ao seu redor e constituir-se como ser. Este trabalho tem o intuito de analisar a relação do brincar com o desenvolvimento da criança na educação infantil. O estudo é baseado na teoria de Winnicott e resulta de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Dessa forma, essa análise enfatiza a necessidade de um ambiente que proporcione condições suficientes para que a criança se aproprie do brincar como expressão de um viver criativo, que traz como possibilidade a construção da própria subjetividade e a experiência de um desenvolvimento saudável. Por intermédio do brincar a criança pode ligar-se ao campo cultural e isso é perceptível como forma de expressão que comunica aos outros desejos e necessidades da própria criança, bem

como proporciona a capacidade de inserção em relações com o outro. A possibilidade do brincar oferece a base para que ela estimule sua capacidade de imaginar, expressar-se por meio da arte ou mesmo impulsionar sua capacidade de investigar a realidade, enquanto ser que busca o conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Brincar; Infância; Winnicott.

ABSTRACT: Play allows the child to develop their potentialities and creativity, while being that creates their own world through this activity. Through playing the child can experience the freedom of creation and enjoy a creative living. Providing spaces for creative living is directly intertwined with the individual's ability to establish their capacity to live the experiences of reality around them and to constitute themselves as being. This work aims to analyze the relationship of playing with child development in early childhood education. The study is based on Winnicott's theory and results from a qualitative bibliographical research. Thus, this analysis emphasizes the need for an environment that provides sufficient conditions for the child to appropriate play as an expression of a creative living that brings as a possibility the construction of one's own subjectivity and the experience of a healthy development. Through the play the child can connect to the cultural field and this

is perceptible as a form of expression that communicates to the other desires and needs of the child itself, as well as provides the capacity for insertion in relations with the other. The possibility of play provides the basis for her to stimulate her ability to imagine, express herself through art, or even boost her ability to investigate reality as a being who seeks knowledge.

KEYWORDS: Play; Childhood; Winnicott.

1 | INTRODUÇÃO

No brincar, e somente no brincar, a criança vivencia sua liberdade de criação, pode ser criativo e utilizar sua personalidade. O brincar permite que a criança adquira experiência, propicia relacionamentos grupais e é uma expressão da saúde, além de ser uma forma de comunicação, conseqüentemente contribuindo para o crescimento. Por essas razões o brincar tem grande importância nessa fase do desenvolvimento humano (WINNICOTT, 1971/1975, 1982/2013).

Assim como as personalidades dos adultos se desenvolvem por meio de suas experiências, as crianças desenvolvem-se por meio das brincadeiras realizadas por elas mesmas, com outras crianças ou com adultos. A brincadeira é prova da capacidade criadora do indivíduo. Nesse ponto, os adultos podem contribuir com o reconhecimento do lugar de importância que essa atividade tem para a criança e também pelo ensino de brincadeiras, contudo sem interferir na iniciativa do brincar da criança (WINNICOTT, 1982/2013).

Nas primeiras experiências com o brincar, a criança pode brincar sozinha ou com a mãe. Por meio dessa atividade ela se ajusta a determinados papéis sociais e também estabelece relações sociais com outras crianças. Assim como os adultos estabelecem relações de amizade ou inimizade no trabalho, as crianças fazem amizades ou inimizades durante as brincadeiras. Por isso, a brincadeira promove uma organização para iniciar relações emocionais, propicia o desenvolvimento de contatos emocionais e contribui para a integração da personalidade (WINNICOTT, 1982/2013).

Uma vez que o brincar é uma expressão da capacidade criativa da criança, faz-se necessário compreender o que é criatividade. Segundo Winnicott (1982/2013), a criatividade relaciona-se ao estar vivo e se expressa na capacidade do indivíduo de tornar-se uma pessoa ativa. A expressão da criatividade pode se concretizar em atividades tais como a criação de um quadro, um jardim, uma escultura, uma refeição, etc., de forma que não seria uma capacidade apenas inerente a um artista. Desse modo, o impulso criativo é algo que faz parte de qualquer pessoa que se direciona de forma saudável para algo.

Na educação infantil, “nos anos pré-escolares, a brincadeira é um meio fundamental para a criança resolver os problemas emocionais que fazem parte do desenvolvimento” (WINNICOTT, 1982/2013, p. 224). Nesse sentido, a brincadeira é uma manifestação infantil utilizada para fazer perguntas e buscar respostas. Por essa

razão, o(a) professor(a) apresenta uma função essencial em buscar compreender e auxiliar a criança em problemas que, por vezes, são ignorados pelos adultos. Além disso, requer treino para desenvolver e fazer uso de sua compreensão sobre o significado da brincadeira para a criança em idade pré-escolar, isso permite fornecer instrumentos e oportunidades para o desenvolvimento criativo e intelectual da criança. Então, a habilidade do(a) professor(a) o(a) leva a compreender o valor de diferentes formas de brincadeiras (dramática, organizada, livre, inventiva, etc.) conforme as necessidades de cada criança (WINNICOTT, 1982/2013).

A relação mãe-bebê, desde os períodos mais primitivos de formação do indivíduo, é essencial para que o bebê vivencie sua criatividade primária. A presença da mãe suficientemente boa, isto é, a mãe que se adapta às necessidades do bebê, permite que o mesmo vivencie a ilusão de onipotência, onde o bebê acredita que o mundo é criado a partir de suas necessidades instintivas. Contudo, a mãe também deve realizar a desilusão de onipotência necessária para que o bebê possa lidar com as frustrações que a realidade possa trazer para ele. Desse modo, gradualmente o bebê sai da condição de dependência absoluta da figura materna e passa a uma condição de dependência relativa, onde pode iniciar vínculos com outras pessoas, além dos pais (WINNICOTT, 1971/1975, 1988/1990).

No processo de transição da dependência absoluta do bebê para a dependência relativa, estão presentes os objetos e fenômenos transicionais, os quais permitem que a criança passe gradualmente de um estado fusionado com a mãe para um estado onde vai adquirir consciência de si como um indivíduo diferente dela. Os objetos transicionais são objetos com o qual o bebê desenvolve uma relação de posse, pode ser um cobertor ou um brinquedo escolhido por ele, por exemplo. Os fenômenos transicionais podem ser uma palavra, um maneirismo ou melodia, por exemplo, que se tornam importantes para se defender contra momentos que causem ansiedade (WINNICOTT, 1971/1975).

Desse modo, a partir dos objetos e fenômenos transicionais o bebê pode vivenciar uma área intermediária entre a realidade psíquica interna e o mundo externo. Essa área intermediária abrange o brincar, o sonhar e a criatividade, por exemplo (WINNICOTT, 1971/1975). Assim, o brincar permite ao bebê conectar-se com a realidade, onde gradualmente percebe-se como ser distinto da mãe e também se perceber distinto do ambiente no qual está inserido.

Ainda, é necessário ressaltar a importância que o ambiente assume no desenvolvimento do indivíduo. Segundo Winnicott (1988/1990), o ambiente envolve condições físicas e psicológicas que propiciam o amadurecimento emocional e desenvolvimento do indivíduo. Então, para promover um crescimento saudável, o ambiente tem que fornecer uma adaptação adequada às necessidades do indivíduo. O ambiente suficientemente bom oferece condições adequadas para o indivíduo e o ambiente não suficientemente bom é o ambiente no qual as condições proporcionadas são insuficientes às necessidades do indivíduo e resultam em prejuízos no

amadurecimento dele

Por essa razão, o ambiente proporcionado pela educação infantil pode privilegiar ou não, experiências que são necessárias para o desenvolvimento da criança. Nesse sentido, pode-se refletir sobre qual importância e espaço são dados para o brincar dentro desse ambiente que se torna presente nos primeiros anos de vida dos indivíduos.

Além disso, é necessário pensar sobre o lugar que o brincar ocupa na educação infantil, pois cada vez mais as crianças são inseridas precocemente em creches e escolas, por motivos variados. Seja pela necessidade dos pais de trabalharem, ou pelo desejo dos pais das crianças serem alfabetizadas o mais cedo possível. Nesse segundo aspecto, faz-se importante ponderar sobre como o excesso de atividades escolares com o intuito de estimular a alfabetização ou outras habilidades na criança podem suprimir o exercício do brincar.

Assim, este trabalho surgiu com o intuito de refletir sobre o brincar na infância como atividade criativa. Por esse motivo, a presente pesquisa objetivou analisar a relação do brincar com o desenvolvimento da criança na educação infantil. O tema é relevante, pois contribui para entender como o brincar é importante para o desenvolvimento emocional da criança e de sua liberdade de criação em seu processo de formação no referido ambiente.

2 | METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida através de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, por meio das obras de Winnicott: O brincar e a realidade; A criança e o seu mundo e Natureza Humana.

3 | DISCUSSÃO E RESULTADOS

A partir da análise realizada por meio das obras de Winnicott, pode-se perceber a importância que o brincar apresenta na vida dos indivíduos, onde esse se constitui como um aspecto fundamental da natureza humana.

Pode-se compreender o brincar como uma atividade criadora que é fundamental para o desenvolvimento de novas capacidades para a criança. Essa atividade se estende para o campo da educação infantil, onde a criança tem a oportunidade de vivenciar experiências com outras crianças da mesma idade. Essa é a primeira experiência como participante de um grupo de indivíduos na mesma fase de desenvolvimento, conseqüentemente gera a necessidade de criar relações para se estabelecer nesse grupo. Dessa forma, o brincar é a atividade que vai intermediar essa construção de contatos sociais entre as crianças na educação infantil (WINNICOTT, 1982/2013).

Como dito anteriormente, o brincar está situado em uma área intermediária do desenvolvimento humano, essa atividade faz parte da relação que o indivíduo

estabelece entre a realidade psíquica interna e o mundo externo. Desse modo, ele torna-se um meio do indivíduo diferenciar o que é próprio de sua realidade psíquica interna e o que está no ambiente externo. Além disso, a criatividade também se encontra nessa área intermediária da experiência humana. Tanto o brincar, quanto a criatividade são fundamentais para um desenvolvimento emocional saudável e permitem a ligação com o campo cultural, ou seja, estabelecer relações com outros indivíduos (WINNICOTT, 1971/1975).

A criatividade humana deve ser reconhecida não necessariamente pela originalidade que a produção do indivíduo possa ter, mas pela sensação que essa traz para o indivíduo. Cada ser humano recria o mundo e esse trabalho se inicia tão cedo quanto o nascimento. O que é criado pelo bebê depende em grande parte do que é apresentado pela mãe, a qual se adapta às necessidades dele. Essa adaptação da mãe suficientemente boa é fundamental para que a criança tenha um desenvolvimento emocional adequado e possa exercer o brincar de forma construtiva (WINNICOTT, 1988/1990).

Quando a mãe consegue ser suficientemente boa para o bebê, isso se reflete na formação da criança e na transição dela do ambiente doméstico para o ambiente escolar, onde a criança consegue lidar melhor com a situação de separação da figura materna para iniciar relações sociais nesse novo ambiente. A função materna é essencial para que o bebê se desenvolva como indivíduo e adquira a mecanismos para ser independente. Dentro do ambiente escolar, a nova dinâmica na qual a criança está inserida permite que ela vivencie situações mais propícias para adquirir novas aptidões, que não seriam possíveis dentro do ambiente doméstico (WINNICOTT, 1982/2013).

Um(a) professor(a) da educação infantil não está orientado(a) para cuidar de uma criança especificamente, de forma que apenas gradualmente pode buscar compreender a psicologia complexa de crescimento e adaptação infantis. A função da educação infantil não é substituir a função ocupada pelos pais, mas ampliar nos primeiros anos da criança o papel que eles desempenham. Crianças entre dois e cinco anos de idade, em certos momentos podem apresentar comportamentos mais maduros, contudo em outros momentos é natural agir de forma imatura. Apenas quando os cuidados iniciais dos pais foram satisfatórios para com a criança, é que a educação infantil pode dar assistência em relação à instrução pré-escolar (WINNICOTT, 1982/2013).

Na educação infantil cria-se a possibilidade para o que é intermediário entre o sonho e o real. Nessa perspectiva, entram as histórias, desenhos e música, que podem ser articulados com as brincadeiras para enriquecer a vivência da criança dentro da escola, bem como criar um ambiente onde ela relaciona suas próprias ideias e os comportamentos que precisa para conviver em grupo. A escola oferece a oportunidade de relações com outras pessoas que não são os pais, por meio da figura do(a) professor(a) e das outras crianças. A criança está constantemente amadurecendo psicologicamente e em suas relações sociais, isso exige da escola a capacidade de

lidar com os conflitos que a criança apresenta, onde pode apresentar comportamentos mais maduros e em outros momentos regredir. Ao longo do desenvolvimento da criança a expressão de sentimentos pode ser direta, contudo em maior parte se expressa por meio de brincadeiras ou pela fala (WINNICOTT, 1982/2013).

Por intermédio do brincar uma criança pode tentar mostrar parte do interior ou do exterior a pessoas que ela escolhe no ambiente em que está inserida. Dessa maneira, a comunicação através das brincadeiras é utilizada no lugar da fala utilizada pelos adultos. Contudo, nem sempre os adultos conseguem compreender o que criança tenta comunicar por meio das brincadeiras (WINNICOTT, 1982/2013).

A partir disso, pode-se pensar sobre o brincar como uma atividade que é inerente ao ser humano e que é essencial para a constituição da personalidade do indivíduo. O reconhecimento da importância dessa atividade tanto no ambiente familiar quanto no ambiente escolar proporciona espaço para que a criatividade seja vivenciada de forma saudável. De tal modo, o ambiente escolar pode contribuir para que as brincadeiras tenham um espaço privilegiado onde a liberdade de criação infantil possa ser vivenciada.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste artigo, pôde-se analisar o brincar como atividade criadora inerente a natureza humana. O estudo a partir das obras de Winnicott teve o intuito de destacar a importância de tal atividade dentro do desenvolvimento emocional humano, bem como ressaltar a importância dele dentro da educação infantil.

Uma vez que a educação infantil se constitui um lugar onde a criança é inserida cada vez mais precocemente, ampliar o espaço e possibilidades para que o brincar seja vivenciado de forma saudável faz-se necessário para que a criança possa se expressar por meio do brincar e o(a) professora(a) tenha habilidade para explorar brincadeiras que contribuam para o desenvolvimento emocional e social da criança.

Cada vez mais cedo, as crianças são estimuladas a serem alfabetizadas mais cedo e realizarem inúmeras atividades curriculares, de modo que o espaço lúdico para que o brincar seja vivenciado se torna mais restrito ou carregado de exigências de conteúdos a serem aprendidos. Consequentemente, isso pode limitar a capacidade criadora das crianças.

Percebe-se que o brincar está para além de uma simples atividade própria da infância, mas que é essencial para que o ser humano amadureça e a qual tem repercussões ao longo do desenvolvimento em outras fases. Isso pode ser compreendido com base no trabalho na fase adulta sendo reflexo das atividades criadoras exercidas na infância e, que podem se prolongar na adolescência ou não, com base no ambiente que o indivíduo se desenvolveu.

Assim, este artigo apresentou reflexões sobre como o brincar pode se apresentar

como uma atividade que expressa a liberdade de criação humana, bem como a importância de que esse tenha um espaço privilegiado na educação infantil, uma vez que expressa uma capacidade inerente ao ser humano e que contribui para o seu desenvolvimento emocional saudável.

REFERÊNCIAS

WINNICOTT, D. W. **O brincar: Uma exposição teórica.** In: _____. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975. Publicado originalmente em 1971.

_____. **O brincar: A atividade criativa e a busca do self.** In: _____. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975. Publicado originalmente em 1971.

_____. **Por que as crianças brincam?** In: _____. A criança e o seu mundo. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. Publicado originalmente em 1982.

_____. **A mãe, a professora e as necessidades da criança.** In: A criança e o seu mundo. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. Publicado originalmente em 1982.

_____. **Natureza humana.** Rio de Janeiro: Imago, 1990. Publicado originalmente em 1988.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-094-0

